

A história (1576) de Pero de Magalhães Gândavo: notas para uma releitura desde a retórica e a gramática*.

*The history (1576) of Pero de Magalhães Gândavo:
notes for a rereading from the point of view
of the rhetoric and grammar*

Sarissa Carneiro Araújo.**

Artigo recebido em 22 de dezembro de 2009 e avaliado em 18 de Janeiro de 2010

Resumo:

Este trabalho se refere à História da província sãcta Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil, texto publicado em Lisboa, em 1576, pelo letrado humanista Pero de Magalhães Gândavo. O estudo salienta alguns aspectos pouco observados ainda pelos estudiosos da História: em primeiro lugar, sua dimensão retórica, como *genus deliberativum*, por outra parte, sua relação com o outro texto publicado pelo letrado português, o tratado ortográfico Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua Portuguesa (1572).

Palavras-Chaves:

América Colonial. Retórica e Historiografia. Século XVI.

Abstract:

This paper refers to the History of the province of Santa Cruz, which we commonly call Brazil, a text published in Lisbon in 1576, by the humanist scholar Pero de Magalhães Gândavo. The study reveals some aspects still little noticed by scholars of the History: first, its rhetorical dimension, as *genus deliberativum*, and second,

* Uma versão similar deste trabalho se publica em espanhol, em volume de homenagem ao Dr. Cedomil Goic (Leo Bernucci e Tamara Williams, editores). Como na referida edição norte-americana, dedico este texto a Cedomil Goic, para sempre mestre.

** Universidade do Chile.

its relationship with another text published by the Portuguese scholar, the orthographic treatise *Rules that teach writing method and an orthography of the Portuguese language* (1572).

Keywords:

Colonial América. Rethoric and Historiography. XVIth century

A Historia da provincia sãcta Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil, publicada em Lisboa, em 1576, constitui uma das obras canônicas do discurso de expansão ultramarina portuguesa sobre o Brasil. Seu autor, o letrado, humanista e professor de latim, Pero de Magalhães Gândavo, foi o primeiro português a escrever uma história dedicada exclusivamente à América portuguesa¹.

Sobre a *História* pesam, atualmente, uma série de leituras que obliteram seu feitio que aponta, como pretendo demonstrar neste trabalho, a regulações discursivas próprias do seu contexto de produção, em especial regulações oriundas da preceptiva retórica e, em menor medida, da gramática.

Atualmente, é considerada fora de dúvida a importância da preceptiva historiográfica e retórica para a interpretação de textos como a *História*. A retórica foi, por mais de dois milênios, o código fundamental desde o qual se gerou todo texto². No caso de um autor como Gândavo, de formação humanista, faz-se não só produtiva, mas de todo necessária a consideração da estrutura retórica de seu texto histórico assim como das relações entre este último e sua obra gramatical, *Regras que ensinam a maneira de escrever e ortographia da lingua Portuguesa com hum Dialogo que a diante se segue em defesam da mesma lingua*, publicada em 1572 e bastante divulgada na época.

A consideração destes aspectos permite interpretar adequadamente determinados elementos de um discurso regrado que atende a prescrições e convenções vigentes no século XVI.

¹ Permanecem numerosos vazios na informação biográfica de Pero de Magalhães Gândavo. A referência de Franco Barreto (1600-1671) é a mais antiga e estabelece, basicamente, o lugar de nascimento, Braga, a ascendência estrangeira, a condição de humanista e moço de câmara do Rei (Rau e Silva 410). Barbosa Machado (1682-1772) ampliou esta informação registrando ter sido excelente latinista que abriu escola entre Douro e Minho, e que esteve no Brasil por alguns anos. Os detalhes de sua estadia no Brasil se desconhecem (para mais detalhes, Pereira Filho, "Introdução" 13).

² LÓPEZ Grijera, Luisa. *La retórica en la España del Siglo de Oro*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1994. p. 17.

1. A História como discurso deliberativo

Nos tercetos de Luis de Camões que abrem a *História*, o poeta se refere ao livro de Gândavo sublinhando que ali o letrado pôs “sciencia e arte” com “claro estylo” e “engenho curioso”. A apreciação do contemporâneo e amigo de Gândavo pouco se condiz com a de seus comentaristas do último século. Capistrano de Abreu chegou a questionar o caráter de “história” do texto e instalou um dos lugares comuns mais persistentes no que se refere à obra do letrado, sua definição como mera “propaganda de imigração”:

Conquanto chame história ao trabalho publicado em vida, o nome assentale mal (...). Sua história é antes natural que civil (...) Explica-se isto tanto pela insignificância do que era então o Brasil, como pelo fim visado pelo autor. Mais de uma vez repete que seu projecto se reduz a mostrar as riquezas da terra, os recursos naturais e sociais nella existentes, para excitar as pessoas pobres a virem povoá-la; seus livros são uma propaganda de imigração³.

Assim, Capistrano de Abreu atribuía à obra de Gândavo uma inspiração principalmente “utilitária”⁴, conceito que recuperam outros críticos. Alfredo Bosi o faz assinalando que a preocupação fundamental de Gândavo é fazer um inventário dos bens e do clima da colônia, sublinhando as possibilidades de seus súditos de desfrutá-las⁵. Sílvio Castro concorda afirmando que Gândavo pretende convencer a coroa de esquecer ou diminuir a aplicação de interesses portugueses no Oriente, para se dedicar completamente ao Brasil como fonte de riquezas⁶. Oliveira Filho sustenta, por sua vez, que a *História* de Gândavo apresenta a primeira adequação real da colônia americana ao império de ultramar, na medida que atende a exigências exclusivamente comerciais⁷.

Alguns críticos da obra de Gândavo sublinharam, no entanto, aspectos que esta leitura predominantemente “utilitária” tendia a deixar de lado. Já Luciana Stegagno-Picchio indicava que a *História* se apresenta como “apologética da ação da Companhia”⁸. Guilherme Amaral

³ ABREU, Capistrano de. “Introdução ao *Tratado da terra do Brasil e à História da Província de Santa Cruz*”. *Ensaios e estudos. Crítica e história*. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu/ Livraria Briguiet, 1932. p. 300.

⁴ Idem. p. 301.

⁵ BOSI, Alfredo. *Historia concisa de la literatura brasileña*. Trad. Marcos Lara. México: Fondo de Cultura Económica, 1982. p. 16.

⁶ CASTRO, Sílvio. “A gênese da idéia de Brasil”. *A literatura no Brasil*. Afrânio Coutinho, ed. São Paulo: Global, 1997. p. 256.

⁷ OLIVEIRA FILHO, Odil José de. “Projetos de promessa: a literatura da expansão ultramarina portuguesa no Brasil (século XVI)”. *Revista de Letras* 39. São Paulo: UNESP, 1999. p. 43.

⁸ STEGAGNO Picchio, Luciana. *História da literatura brasileira*. Do descobrimento aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. p.82.

Luz, em estudo mais recente, se refere com detalhe à importância do conceito de história como *magistra vitae* na obra de Gândavo, conceito vinculado aqui, segundo o autor, à defesa de uma ética política capaz de sustentar e defender a presença portuguesa no Brasil, política prudente que se funda na finalidade devota da salvação dos gentis⁹. Amaral Luz destaca coincidências entre os textos de jesuítas e a *História*, sendo as mais significativas a representação da colonização como batalha espiritual, a perspectiva ética que subordina os interesses econômicos à missão evangelizadora, o caráter providencial do “achamento” da terra, a valorização dos “frutos” da ação dos jesuítas no Brasil¹⁰. Amaral Luz chega a afirmar que a Terra de Santa Cruz de Gândavo é uma utopia cristã que deve ser “realizada pelo braço humano português, caso o mesmo não seja desviado para a tentação de tomá-la tão somente como a ‘terra do pau-brasil’, ou seja, um lugar cheio apenas de riquezas materiais sem qualquer sentido espiritual”¹¹.

Estas leituras separam, ou priorizam, no melhor dos casos, elementos que de modo algum podem ser divorciados no texto histórico de Gândavo. O “inventário” de bens e riquezas, a “propaganda de imigração”, a “apologética da Companhia”, assim como o ênfase na evangelização do “gentio”, são todos aspectos imbricados num tecido discursivo coerente e disposto, em nível textual, em concordância com a preceptiva historiográfica e retórica do século XVI.

Interessa-me assinalar, neste trabalho, que a análise retórica da *História* permite compreender a integração destes aspectos num discurso de “claro estilo”, engenho, ciência e arte, como definiu Camões.

Nas diversas versões da *História*¹², a matéria é objeto de um discurso de tipo deliberativo: propõe-se e aconselha a um “discreto e

⁹ LUZ, Guilherme. “Pero de Magalhães Gândavo e a ética ultramarina portuguesa na Terra de Santa Cruz”. *História e perspectivas*. 32/33 (2005). p. 11.

¹⁰ Idem. p. 16.

¹¹ Ibidem p. 20.

¹² Com a publicação de 1576 culmina um longo processo de redação que conta com pelo menos três versões preliminares conservadas atualmente em diversos manuscritos. O primeiro deles, *Tratado da província do Brasil*, dedicado à rainha avó Dona Catarina, composto de 17 capítulos, permaneceu inédito até sua publicação aos cuidados de Pereira Filho, em 1965. Esta primeira versão do texto foi reelaborada depois num manuscrito de título *Tratado da terra do Brasil*, que contém tanto um capítulo novo como uma dedicatória diferente, ao Cardeal Infante. Esta versão ficou inédita até o século XIX. Estas duas versões funcionam como “sumários” das versões posteriores. Antecede à *editio princeps*, um manuscrito provavelmente presenteado a D. Leonis Pereira, com ilustrações a cores, um mapa do Brasil com a Rosa dos Ventos, o escudo de Portugal nos fôlios 12v e 13 (suprimidas todas na edição de 1576), assim como o monstro marinho (f. 53v). Para uma história textual detalhada deve-se consultar o trabalho de Pereira Filho, “Introdução”, 303).

curioso leitor” uma ação externa futura (a imigração de pobres à colônia americana), ação que afeta o curso da história do Reino (pois redundando no aumento da coroa e de um de seus domínios de ultramar) e que se apresenta como ação útil e honesta através do elogio como principal ofício da persuasão. O ouvinte ou leitor (auditor) é considerado sujeito em busca de conselho e em situação de deliberar sobre uma questão futura, por ser definida, como é próprio do *genus deliberativum*.

Minha tenção não foi outra (discreto & curioso lector) se não denunciar neste sũmario em breves palavras a fertilidade e abundância da terra do Brasil pera q esta fama venha a notiçia de muitas pessoas que nestes Reinos vivẽ com pobreza e não duuidẽ escolhella pera seu Remedio porq a mesma terra he tam natural e fauoravel aos estraños que a todos agazalha e convida com Remedio por pobres e desamparados que seião.¹³

Parece cousa decente & necessaria, terem tambem os nossos naturaes a mesma noticia [da Provincia de Sancta Cruz] especialmente pera que todos aquelles que nestes Reinos vivem em pobreza nam duvidem escolhella pera seu amparo: porque a mesma terra he tal, & tam favoravel aos que a vam buscar, que a todos agasalha & convida com remedio por pobres e desamparados que sejam.¹⁴

A alternativa de qualidade *utile/inutile*, própria do gênero deliberativo, se atualiza aqui no elogio como *officium suadendi* (“a mesma terra he tal & tam favoravel aos que a vam a buscar, que a todos agasalha & convida...”), de tal modo que o discurso deliberativo contém um discurso panegírico de lugar (*laudatur locus*). Assim, Gândavo cumpre à risca a preceptiva que estabelece conexões íntimas entre o gênero deliberativo e o demonstrativo¹⁵.

A questão finita considerada no texto (ou seja, a utilidade da colônia americana para o aumento do Reino e o amparo de seus pobres) aparece, ocasionalmente, como quaestio comparativa: em certos fragmentos, o historiador compara a província de Santa Cruz com Portugal, sobretudo no que se refere às condições de vida oferecidas em ditos lugares. No Brasil, insiste o letrado, nenhum pobre anda pelas portas pedindo, como em Portugal; os habitantes se tratam muito bem e são até mais generosos que no Reino. Os recém-chegados costumam receber ajuda concreta dos antigos, afirma Gândavo¹⁶.

¹³ GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Provincia do Brasil*. Reprodução do manuscrito 2026 da Biblioteca Sloaniana do British Museum. Pereira Filho, ed. Instituto Nacional do Livro, 1965. p.59.

¹⁴ STEGAGNO Picchio, Luciana. *História da literatura brasileira*. Do descobrimento aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. p.5.

¹⁵ “Todos los géneros mutuamente se ayudan”, afirma Quintiliano, quem também salienta que o gênero demonstrativo “tiene algo de semejante a los discursos del deliberativo, pues por lo común lo mismo que en este aconsejamos alabamos en el primero” (Livro III, Cap. VII, p. 180).

¹⁶ GÂNDAVO, Pero de Magalhães. Op.cit p.135.

O discurso contempla, também, a viabilidade da ação aconselhada, como recomenda a retórica para o gênero em questão¹⁷. Gândavo se preocupa em indicar os passos fundamentais que garantiriam a prosperidade dos futuros habitantes da província: além de sua instalação nas inúmeras “terras viçosas” e desocupadas do Brasil, a obtenção de dois pares ou meia dúzia de escravos “que pode hũ por outro custar pouco mais ou menos ate dez cruzados”, “porq hũs lhe pescão e cação outros lhe fazem mantimẽtos e fazenda. E assy pouco a pouco enriqueçẽ õs homẽs e viven honradamente na terra com mais descanso q neste Reino”¹⁸.

Gândavo se orienta pela preceptiva retórica também nas diversas partes do seu discurso. O proêmio capta bevolência a partir da pessoa do historiador, quem declara com modéstia afetada sua inferioridade de talento para realizar a tarefa, assim como sua intenção de servir ao Reino com sua escrita. Também no proêmio, o letrado capta a atenção de seu auditor sublinhando a novidade do assunto tratado e o fato de que os estrangeiros vão na dianteira em relação com o conhecimento das coisas do Brasil. Outras fórmulas retóricas do *exordium* utilizadas por Gândavo na História são a promessa de ser breve e a apresentação da matéria como assunto de máximo interesse para o leitor.

A *brevitas* prometida no proêmio se cumpre na *narratio*. O conteúdo narrativo é escasso, tanto porque os acontecimentos passados interessam pouco no gênero deliberativo¹⁹ como porque se respeita a brevidade como virtude do discurso ao longo da História²⁰.

¹⁷ QUINTILIANO, Marco Fabio. *Instituciones oratorias*. Tomo I. Trad. Ignacio Rodríguez e Pedro Sandier. Madrid: Biblioteca Clásica Hernando, 1942. p. III, VIII, 184

¹⁸ Idêntico argumento aparece depois na *História*: “A primeira cousa que pretendem acquirir, sam escravos [...] & se hũa pessoa chega na terra a alcançar dous pares, ou meya duzia delles (ainda que outra cousa nam tenha de seu) logo tem remedio pera poder honradamente sustetar sua familia: porque hum lhe pesca, & outro lhe caça, os outros lhe cultivão & grangeão suas roças, & desta maneira nam fazem os homẽs despesa em mantimentos nem com seus escravos, nem com suas pessoas” (PICCHIO, L.S. *História da literatura brasileira. Do descobrimento aos dias de hoje*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. p 15 v).

¹⁹ Aristóteles acreditava, de fato, ser desnecessária a *narratio* no gênero deliberativo. Quintiliano recomenda o uso da *narratio* somente no caso de consultas públicas. Entre os autores latinos, predomina a ideia de que a narração é quase sempre desnecessária no gênero deliberativo. Isto explica o reduzido conteúdo narrativo da *História* de Gândavo, o que Capistrano de Abreu atribuía à insignificância da colônia ou ao fim utilitário do texto de Gândavo (para um resumo das tendências no século XVI, pode ser consultado o trabalho de Artaza 120-174).

²⁰ Gândavo apresenta na *História* uma preocupação constante pela brevidade. A edição de 1576 contém somente 48 fólhos. É provável que Gândavo tenha como modelo de *brevitas* a Cícero. A brevidade é a virtude central, base das outras virtudes do discurso, clareza e verossimilhança. A narração deve ser breve, o que se consegue se “la hacemos comenzar en el punto preciso, es decir, si no nos remontamos a los acontecimientos más lejanos, si cuando basta señalar los aspectos generales no mencionamos demasiados detalles, pues a veces es suficiente enunciar el resultado sin narrar cómo se produjo; si no prolongamos la narración más de lo necesario y

A argumentação utiliza exemplos -recurso central do gênero deliberativo²¹. Destacam-se os seguintes: a referência à capitania do Espírito Santo que pôde entregar alimento a todos os que defendiam a terra quando se tomou a fortaleza do Rio de Janeiro, as notícias de pessoas encontradas no sertão e que se alimentaram por dias só das “diversas qualidades” de frutas da terra²², a referência a alguns donatários cujas capitanias não prosperaram por conta da resistência indígena ao trabalho, o que dá lugar à recomendação de usar escravos africanos.

O texto continua com um discurso laudatório da colônia, do tipo *ex utilitate* (*ut in locis salubribus vel fertilibus*). São elogiados os bons ares, a fertilidade, a abundância, a riqueza, em um discurso demonstrativo que faz uso de vários tópicos como o da eterna primavera:

He esta provincia sem contradiçam a melhor pera a vida do homem que cada hũa das outras de America, por ser comunmente de bõs ares & fertilissima, & em grande maneira deleitosa & aprazível à vista humana [...] salutifera & livre de enfermidades [...] ventos q [...] nam somente nam danam mas recream & acrecentam a vida do homem [...] Esta provincia he à vista muy deliciosa & fresca em gram maneira: toda esta vistida de muy alto & espesso arvoredado, regada com agoas de muitas & muy preciosas ribeiras de que abundantemente participa toda a terra: onde permanece sempre a verduda com aquella temperança da primavera q cá nos offerece Abril & Mayo [...] Enfim que assi se ouue a Natureza com todas as cousas desta provincia, & de tal maneira se comedio na temperança dos ares, que nunca nella se sente frio nem quentura excessiva²³

O capítulo final, como peroratio próxima à digressão, move com intensidade o principal afeto que deve gerar no ouvinte um discurso deliberativo como este: a esperança. O relato do encontro, por parte de um grupo de índios do Brasil, de um povoado no sertão, rico em ouro e pedras preciosas, deposita as esperanças do leitor no futuro encontro dessas riquezas “escondidas”. Com este relato culmina a persuasão do texto, e se volta a insistir, a modo de recapitulação, na utilidade e honestidade da ação aconselhada²⁴.

nos abstenemos de cualquier digresión...” (Cícero, *La invención*, Libro I, 122-123)

²¹ “En ninguna otra tienen más cabida los ejemplos; en lo que todos convienen, porque parece que lo por venir debe corresponder a lo que pasó, y que la experiencia es un testimonio de la razón” (Quintiliano, III, VIII, 193).

²² PICCHIO, Luciana.S. Op.cit. p.18

²³ Idem. p. 8-9

²⁴ “Do preço dellas [de las piedras] nam trato aqui, porque ao presente o nam pude saber: mas sey que assi destas como doutras ha nesta prouincia muitas & muy finas, & muitos metaes, dóde se pode conseguir infinita riqueza. A qual permitirá Deos, que ainda em nossos dias se descubra toda, pera que com ella se augmente muito a coroa destes Reinos: aos quaes

Útil e honesto, como promove a retórica latina, é o que aconselha Gândavo na *História*. Porque a utilidade material visa a utilidade moral: posto que o interesse material move aos homens mais que coisa alguma, Deus pôs no Brasil, segundo Gândavo, estas riquezas ainda escondidas,

pera q assi desta maneira tragã ainda toda aqlla cega & barbara gẽte q habita nestas partes ao lume & conhecimento da nossa sancta Fé catholica, q sera descobrirlhe outras minas mayores no ceo: o qual nosso Senhor permitta que assi seja, pera gloria sua & saluaçam de tantas almas²⁵

Grandes minas na terra, e grandes minas no céu. Como regula a preceptiva, o verdadeiramente útil é sempre um *honestum*²⁶. A preocupação pela evangelização do gentio, como parte de um discurso de tipo deliberativo, está unida, então, à utilidade da riqueza da colônia, constituindo ambos o fundamento da persuasão na História.

2. *A História lida em diálogo com as Regras*

A formação de Gândavo como latinista e gramático tem sido vista como um dado biográfico que não incide particularmente no seu texto histórico. Creio, no entanto, que alguns fragmentos da *História* se deixam iluminar pelas ideias linguísticas do letrado, expostas em *Regras que ensinam a maneira de escrever e ortographia da lingua Portuguesa com hum Dialogo que a diante se segue em defesam da mesma lingua* (1572).

O texto gramatical de Gândavo aponta aos principais assuntos relacionados com a questão da língua em Portugal no século XVI²⁷. Por uma parte, com respeito à normalização ortográfica, Gândavo apresenta um alfabeto internacionalizado, de vinte letras (ou vinte e uma, se consideramos o Y grego), limitado à tradição latina-romana. Segundo Carvalho Buescu, a ortografia de Gândavo supõe uma redução simplificadora dos complicados alfabetos de trinta e uma e até trinta e quatro letras, propostos por Fernão de Oliveira e João de Barros.

A contração alfabética de Gândavo, que recupera a substância gráfica do alfabeto latino, se vincula à regularização promovida pela

desta maneira esperamos (mediante o favor divino) ver muito cedo postos em tam felice & prospero estado, que mais se nam possa desejar. FIM” PICCHIO, Luciana.S. Op.cit. p.48

²⁵ Idem. p. 30

²⁶ “No tendrán por útil sino lo bueno” (Quintiliano, III, VIII, 181).

²⁷ Para este tema, consulte-se Stegagno-Picchio, “La questione della lingua in Portogallo”.

imprensa²⁸, mas se explica também pela transcendência que tem o latim na formulação linguística do letrado. Lembremos que no diálogo que segue ao tratado ortográfico, Gândavo salienta a relação do português com o latim no intuito de afirmar a superioridade de sua língua sobre o castelhano²⁹. No Diálogo, o português Petronio consegue provar a Falência, o castelhano, que sua língua excede a de seu interlocutor graças à proximidade com o latim³⁰: “como la lengua Latina sea madre delas otras lenguas, y mas copiosa y excellente de todas quantas hay (como sabemos) aquella q mas semejate y propinqua fuere a ella, essa sera mejor y mas singular q las otras”³¹. Assim, a recuperação do alfabeto latino é mais que uma simplificação pragmática (como o interpreta Buescu), pois se vincula à necessidade de aproximar o português ao modelo de excelência defendido por Gândavo.

Por outro lado, a ortografia de Gândavo se relaciona com ideias sobre a letra presentes em diversas gramáticas do século XVI³². A definição que entrega Nebrija da letra como traço e figura que representa a voz, estabelece na Espanha a ideia de que é necessário escrever como se pronuncia e pronunciar como se fala. “La preocupación de Nebrija proviene de constatar”, afirma Walter Mignolo, “que en la lengua castellana se escribe una cosa y se pronuncia otra y que tal práctica es contraria al principio por el cual, según Nebrija, se crearon las letras”³³. As letras devem responder às vozes, assim como os conceitos do entendimento respondem às coisas que entendemos e as vozes e as palavras respondem aos conceitos³⁴.

Sobre este assunto, Gândavo afirma nas *Regras* que os erros ortográficos trazem como consequência a corrupção da “verdadeira pronúncia”³⁵, trocar umas letras por outras é algo que ofende seria-

²⁸ CARVALHÃO, M.L.B. “Introdução”. *Regras que ensinam a maneira de escrever e ortografia da lingua portuguesa*. De Pero de Magalhães Gândavo. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.

²⁹ PICCHIO, Luciana. S. “La questione della lingua in Portogallo”. Introdução. *Diálogo em louvor da nossa linguagem*. De João De Barros. Modena: Società Tipográfica Modenese, 1959. p. 13

³⁰ Idem 12

³¹ GÂNDAVO, Pero de Magalhães. Op. cit. p. 65

³² Para uma descrição desta teoria sobre a letra no Renascimento, em relação com textos da América Hispânica colonial, consulte-se Walter Mignolo, “Teorías renacentistas de la escritura y la colonización de las lenguas nativas” e *The darker side of the Renaissance. Literacy, territoriality and colonization*.

³³ MIGNOLO, Walter. “Teorías renacentistas de la escritura y la colonización de las lenguas nativas”. Actas del I Simposio de Filología Iberoamericana. Sevilla: 1990. p. 178

³⁴ Idem. p. 182

³⁵ GÂNDAVO, Pero de Magalhães. Op.cit. p.5

mente a pronúncia de uma língua³⁶. Cada letra foi inventada “sapien-
tissimamente” pelos Antigos, que deram a cada uma a forma corres-
pondente à natureza e semelhança da sua pronúncia:

Quando for com s, porão a lingua mais folgadamente pera cima que fique soando a pronunçiação á maneira de assuio de cobra, que esta foy a causa porque os Antigos formàram o s da feição da cobra, & o c, à maneira de meyo circulo que fica dobrado semelhante à lingua quando o pronuncia. Quanto esta letra z, composerão os Gregos de duas letras, convemsaber, do s, & do d, & aβi a pronunçiação della não he outra cousa senão a de hum s, carregado por respecto daquelle d, que lhe formão diante, o qual d não deixa soltar a lingua livremente como quando o mesmo s, per si se pronuncia. Aβi que esta & todas as mais letras inventaram os mesmos Antiguos sapientiβimamente, porque cada hũa tem a forma conforme à natureza & semelhança de sua pronunçiação³⁷

A concordância entre letra e voz se funda, segundo Mignolo, numa dimensão ontológica conferida à letra, que teria, então, prioridade com relação à voz: “la letra ya no es un agente subsidiario, en relación a la voz, como lo encontramos en Aristóteles (De interpretatione), sino que es la voz misma”³⁸. Assim, tanto Nebrija como Gândavo, se instalam na tradição que busca uma correspondência entre conceitos e coisas (*res et verba*), entre letra e mundo, tradição da que participa também a busca de uma língua perfeita³⁹.

Neste contexto, também se destaca a ideia de que o latim é um sistema universal e que o alfabeto latino é capaz de dar conta de todas as línguas, inclusive daquelas que não derivam dele. Assim, a letra aparece com uma dimensão ontológica e transcendental, já que se entende como abstração do alfabeto, parâmetro universal e suficiente para todas as demais línguas⁴⁰. Nebrija indica claramente, “aunque tu escrivas el aleph hebraico, el alpha griego, y el alipha morisco, y el a latino, todavia es una a”, abstração que coloca no centro, como salienta Mignolo, o alfabeto latino, “todos são a”⁴¹.

³⁶ Idem. p.8.

³⁷ Ibidem. p. 14.

³⁸ MIGNOLO, Walter. “Teorías renacentistas de la escritura y la colonización de las lenguas nativas”. Actas del I Simposio de Filología Iberoamericana. Sevilla: 1990. p.178

³⁹ Relacionada com a busca de uma língua perfeita se encontra a ideia de uma hierarquia entre as línguas. Nesta hierarquia funciona como critério a tradição de prestígio. O paradigma de perfeição para Gândavo está no latim, de tal modo que, quanto mais próxima a este modelo, mais perfeita, “pulida” e “singular” é uma língua. MIGNOLO, Walter. *The darker side of the Renaissance*. 1995. Michigan: The University of Michigan Press, 2003. p. 43.

⁴⁰ MIGNOLO, Walter.Op.cit. p. 182.

⁴¹ Idem.

Esta teoria da letra foi transposta à América e aqui funcionou, em palavras de Mignolo, como “programa para la interpretación de las culturas amerindias”, parâmetro para a interpretação das condutas linguísticas americanas em geral⁴² assim como modelo para a interpretação do “talle y suerte de sus entendimientos, inclinaciones, y manera de bivar”, como indicará posteriormente o questionário conhecido como Instrucción y memoria⁴³.

As diferenças observadas em relação com este parâmetro são definidas em termos de carência. A fórmula “esta língua carece de tais letras” encabeça frequentemente as gramáticas das línguas americanas escritas nos séculos XVI e XVII, tanto na América hispânica como na portuguesa. Ainda no século XVIII, o jesuíta Joseph Gumilla⁴⁴ insiste que “es cosa cierta y averiguada que en cada una de dichas lenguas [guajiva, chiricoa, otomaca y guaraúna] falta una letra consonante, y no se halla palabra que la requiera [...] cosa que ha dado mucho que pensar, sin poderse alcanzar el misterio que en ello encierra”⁴⁵

Creio que estes antecedentes são fundamentais para compreender as observações que faz Gândavo em torno à língua geral da costa do Brasil. Gândavo afirma, em primeiro lugar, que a língua geral é “branda” e a qualquer nação fácil de tomar⁴⁶. A afirmação poderia se relacionar com ideias expostas no *Diálogo*, em concreto aquela que vincula “dificuldade” a “excelência”: “vemos por experiencia”, diz Petrônio a Falêncio, “que quãto as cousas em si são melhores, & mais excellentes, tanto he mais trabalhoso & difficil ao homem alcançallas”⁴⁷.

Mas é sobre tudo na fórmula “não tem f, nem l, nem R, não tem Fé, nem Lei nem Rei” onde se verifica a transcendência que as noções linguísticas assinaladas adquirem no texto histórico de Gândavo:

A lingoa de que usam, toda pela costa he hũa: ainda q em certos vocabulos differe nalgũas partes: mas não de maneira que se deixem hũs aos outros de entender: & isto ate altura de vinte & sete graos, que dahi por diante, ha outra gentilidade de que nós nam temos tanta noticia, que falão ja outra

⁴² Ibidem.

⁴³ Como se sabe, o ponto 5 do questionário solicitava informação sobre: “(...) el talle y suerte de sus entendimientos, inclinaciones, y manera de bivar, y si hay diferentes lenguas en toda la provincia o tienen alguna general en que hablen todos” (Jiménez de la Espada 86-89).

⁴⁴ *Oricono ilustrado*, 1745.

⁴⁵ citado por Gómez Mango 124.

⁴⁶ PICCHIO, Luciana.S. Op.cit. p. 33.

⁴⁷ Idem. p.54.

lingua differente. Esta de q trato he geral pela costa, he muy branda, & a qualqr naçam facil de tomar. Algũs vocabulos ha nella de q nam usam senam as femeas: & outros q nam servem senam para os machos. Carece de tres letras, convemsaber, nam se acha nella, f, nem, l, nẽ, R: cousa digna despanto, porq assi nam tem Fé, nem Ley, nem Rey: & desta maneira vivem desordenadamente sem terẽ alem disto conta, nẽ, peso, nem medida⁴⁸

Assim, o conhecido fragmento da História deve ser considerado no contexto do que Mignolo chamou de “teoria da letra”, assim como da sua aplicação às línguas americanas, em relação, por tanto, com noções que aproximam letra e mundo, *res e verba*, ao mesmo tempo que confere ao alfabeto latino o caráter de paradigma e parâmetro universal para diversas línguas.

Uma tríade de carências são derivadas, por tanto, de uma observação linguística ancorada, numa tradição da letra como “traço e figura” que representa tanto a voz como o mundo.

Esta última constitui uma preocupação do letrado, que vê na *palavra* seu poder de ação no mundo. O capítulo I da *História* pode ser lido também a partir desta preocupação. Lembremos o elogio do nome Santa Cruz e a crítica ao nome Brasil por parte do letrado:

Por onde nam parece razão, que lhe neguemos este nome, nem que nos esqueçamos delle tam indiuidamente por outro que lhe deu o vulgo mal considerado, depois que o pao da tinta começou de vir a estes Reinos. Ao qual chamaram brasil por ser vermelho e ter semelhança de brasa, & daqui ficou a terra com este nome de Brasil. Mas pera que nesta parte magoemos ao Demonio, que tanto trabalhou e trabalha por extinguir a memoria da Sancta Cruz, & desterrala dos corações dos homẽs (mediante a qual fomos redemidos e livrados do poder de sua tyrannia) tornemoslhe a restitui seu nome, & chamemoslhe prouincia de Sancta Cruz como em principio (...) Porque na verdade mais he destimar & melhor soa nos ouuidos da gẽte Christaã o nome de hum pao em que se obrou o mysterio da nossa redempçam, que o doutro que nam serue de mais que de tingir panos ou cousas semelhantes⁴⁹.

A oposição entre o pau de tinta e o pau da Santa Cruz se limita, no entanto, a este fragmento escrito nos moldes do seu antecessor, o também cronista e gramático João de Barros⁵⁰. Gândavo, que usara de fato o nome Brasil nas versões sumárias da *História*, salienta, no resto do seu texto histórico, o elo que une a ambos, o pau de tinta e o pau da Santa Cruz, as minas da terra e as outras minas maiores do céu,

⁴⁸ Ibidem. p. 33.

⁴⁹ Ibidem. p.7.

⁵⁰ BARROS, Joao de. *Décadas*. Versão digitalizada da Biblioteca Nacional de Portugal: http://www.purl.pt/162/1/brasil/obra/s/asia_primeira_decada.

num discurso, como vimos, que tenta persuadir sobre a utilidade e a honestidade da presença portuguesa nestas terras.

3. *A modo de conclusão*

Estas notas se limitaram a salientar algumas dimensões retóricas da *História*, assim como algumas relações significativas entre fragmentos do texto histórico de Gândavo e o tratado ortográfico *Regras*. No primeiro caso, a descrição do texto de Gândavo como discurso deliberativo permitiu, a partir da retórica, visualizar a íntima conexão entre o útil e o honesto. No segundo caso, contextualizou adequadamente as observações linguísticas do letrado sobre a língua geral dos índios da costa.

A análise retórica de um texto como a *História* é mais que um exercício de erudição no contexto contemporâneo em que o código retórico foge ao domínio da formação habitual.

A adequação (em ocasiões, também o desvio) de textos como a *História* à preceptiva historiográfica e retórica, códigos de produção e recepção destes discursos, constitui a base para outras aproximações desde diversas disciplinas atuais.

